



II SIMPÓSIO SUL-AMERICANO DE PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS - SSAPEC

30 de outubro a 01 de novembro de 2023



CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDO DE PASTO E O ENSINO DE CIÊNCIAS NA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Edna dos Santos Dantas da Conceição¹

Suzani Cassiani²

Joselisa Maria Chaves³

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo refletir sobre conflitos socioambientais existentes nas Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto (CFP), as quais vivem em terras devolutas no norte do Estado da Bahia, da criação de caprinos e ovinos. Essas comunidades, invisibilizadas nas diversas estâncias da sociedade, têm sido expostas frequentemente a intervenções ocasionadas pela instalação de empreendimentos tecnológicos nessas terras, situação que gera e intensifica conflitos.

A partir do estudo de Selene Herculano (2006), entendemos por conflitos socioambientais aqueles entre grupos sociais muito desiguais em termos de poder econômico e político, que se defrontam em disputas que têm o meio ambiente no seu epicentro. Conforme a autora, estes são desencadeados por disputas relacionadas com a apropriação de territórios e bens naturais envolvendo grupos “dominantes” e “dominados”.

Phillippe Layrargues (2009) afirma que os conflitos ambientais são também sociais cujo objeto é elemento da natureza e que expressa relações de tensão entre interesses coletivos, espaços públicos e interesses privados na tentativa de apropriação de espaços públicos.

Entendemos que essa comunidade do campo que vive de forma tradicional, e que com sua (re) existência e permanência secular tem contribuído efetivamente para a conservação do Bioma Caatinga. Porém sua cultura, seu modo de vida são muitas vezes invisibilizados em várias instâncias da, na sociedade brasileira, até mesmo nas escolas, inclusive do campo. Essa inviabilização acaba corroborando para a instalação de empreendimentos e conseqüentemente provocando os impactos no bioma e no coletivo do campesino, ameaçando seu modo de vida, sua existência. Essa situação cria ainda mais pobreza e subalternização das pessoas, além do próprio risco ao bioma.

Os conflitos a que estão expostas às comunidades de campesinos são demonstrações vívidas das injustiças socioambientais a que esses povos estão submetidos. Nesse sentido, percebemos um modo de vida imposto, estabelecido pela economia capitalista que aliena, usurpa, explora, tange, extermina.

¹ Doutoranda em Ensino – Rede Nordeste de Ensino-RENOEN/Universidade Federal de Sergipe-UFS. esdc@academico.ufs.com

² Professora Pós Doutora, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/SC. suzani.cassiani@ufsc.br.

³ Professora Doutora, da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS/BA. joselisa@uefs.br.



II SIMPÓSIO SUL-AMERICANO DE PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS - SSAPEC

30 de outubro a 01 de novembro de 2023



Entendemos que tratar dessa temática na escola, no ensino de ciências, pode contribuir para o combate das desigualdades sociais, noção de pertencimento local das comunidades, para o desenvolvimento do senso crítico, para a resolução de conflitos, para a conservação do bioma e para o fortalecimento de uma educação científica decolonial.

Assim, ressaltamos seu valor pedagógico para a educação em ciências pensando a partir de categorias que vão além de concepções das ciências ocidentais modernas, a exemplo das teorias do bem viver (ACOSTA, 2016).

2. METODOLOGIA

Esse trabalho é parte de uma tese de doutorado em andamento. Para a produção desse texto, realizamos levantamento: 1. dos números de conflitos por terra envolvendo Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto nas publicações anuais do livro “Conflitos no Campo” de 2019 a 2022; 2. dos entendimentos sobre conflitos socioambientais entre grupos dominantes e dominados a partir dos estudos de Herculano (2006), Layrargues (2009) e Dias (2019); 3. sobre a necessidade da consideração do tema *terra* como matriz pedagógica nos currículos escolares sobretudo nas escolas que recebem estudantes do campo, destacando Loureiro (2019) e Caldart (2000); 4. das questões a serem consideradas na abordagem do currículo para a escola do campo da Bahia, presente na publicação Cadernos Didáticos da Educação do Campo (2010), além de pesquisas bibliográfica sobre teorias decoloniais e o ensino de ciência nas produções de Cassiani (2018). Pretendemos aprofundar os estudos decoloniais para entender como os efeitos da colonialidade provocam a falta de pertencimento das comunidades com sua inferiorização (colonialidade do saber, ser, poder e viver) como aponta Quijano (2000), bem como as formas de proposições de pedagogias decoloniais como forma de resistência, a partir dos estudos de Catherine Walsh (2009).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (2019), um dos principais capítulos da publicação anual “Conflitos no Campo, Brasil 2019”, trata-se de conflitos por terra. Tais conflitos estão subdivididos em duas categorias: uma delas está registrada como Ocorrência de Conflitos, enquanto a outra, como Ocupações/Retomadas. A primeira categoria aborda os conflitos provocados por grileiros, proprietários ou supostos proprietários, agentes ou órgãos do Estado. A segunda se refere a ações de movimentos sociais do campo, sendo representada por parte de trabalhadores rurais sem terra que desejam conquistar e garantir um pedaço de terra para viver e produzir, ou por parte de povos e comunidades tradicionais em defesa ou retomada de seus territórios ameaçados ou perdidos.

Nesse sentido, podemos entender que as Comunidades de Fundo de Pasto, se encaixam na primeira categoria.

Ainda analisando os dados da publicação Conflitos no Campo, Brasil 2019, verificamos que no Brasil, o número de conflitos por terra aumentou: “O total dos conflitos por terra atingiu 1.254 ocorrências, 12% a mais do que em 2018, que contabilizou 1.124 eventos”, revela o estudo (página 102).

Desses conflitos, a Bahia, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), registrou 139 conflitos por terra envolvendo 9746 famílias, dos quais, 38 destes



II SSAPEC

II SIMPÓSIO SUL-AMERICANO DE PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS - SSAPEC

30 de outubro a 01 de novembro de 2023



conflitos acontecem nas Comunidades de Fundo de Pasto, onde, em metade delas, somou-se um total de 2283 famílias envolvidas.

As presenças dessas situações perturbadoras externas nos Fundos de Pasto eram frequentes nos anos 60, 70 e 80, porém vem se tornando ainda mais constantes. Muitas delas provenientes das mais variadas ações como de grileiros, de mineradoras, e de litígios por limites, fronteiras, divisórias entre as áreas comunais de fazendas ou município vizinhos, e modernização, como empreendimentos eólicos, por exemplo.

De acordo a publicação “Conflitos no Campo, Brasil 2020” comparando as áreas em conflito de 2019 (53.313.244 ha) com as de 2020 (77.442.957 ha), há um acréscimo de 45,3%. Ainda, segundo o documento: “Nunca, antes, os números tinham sido tão altos. Tudo isso num momento em que o Brasil e o mundo vivem uma crise sanitária aguda” (p.119), aqui se referindo à Pandemia de Covid-19.

Quando a análise é feita entre os estados brasileiros, quatro dele ganham destaque especial pela quantidade grande de família que vivem nessas condições: a Bahia, com 29.789 famílias, Maranhão, com 27.737, Amazonas, com 26.443 e Pará, com 23.575.

Na Bahia, há anos, a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia denuncia as diferentes formas de apropriação indevida de terras públicas. Isso levou a CPT a criar uma categoria de investigação em 2020 para pesquisar e acompanhar de forma mais próxima a tentativa de desestruturar os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais, acompanhando as famílias impedidas de ter acesso a áreas de uso coletivo, como as áreas das Comunidades de Fundo de Pasto.

Quando se analisa em 2020, os responsáveis pela violência no campo e por terra, encontram-se: fazendeiros, empresários nacionais e internacionais e poder público, governo federal, estadual ou municipal, porém com destaque para o federal.

Na Bahia foram registrados 129 conflitos por terra, envolvendo 9585 famílias em 2020. Esses conflitos referem-se a famílias despejadas, expulsas, ameaçadas de despejo ou expulsão, que tiveram seus bens destruídos ou foram vítimas de invasões, ações de pistolagem etc. Ou seja, de quinze ameaças de assassinato registradas na Bahia, sete são contra camponeses de Fundo e Fecho de Pasto. (Conflitos no Campo, 2020, p. 124)

Em 2021, a Bahia foi considerada o segundo estado do país com mais conflitos registrados, ou seja, com 143 casos, envolvendo um total de 15.511 famílias (Conflitos no Campo 2021, p. 27). Desse montante, 6.685 famílias são membros das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto.

Já em 2022, na Bahia foram registrados 156 conflitos por terra, envolvendo 8742 famílias.

Esses dados evidenciam nitidamente o agravamento dos conflitos e a violência envolvendo comunidades tradicionais no Brasil, na Bahia e a falta de política de estado para resolução desse problema. De acordo com a pesquisa realizada pela Rede de Observatórios de Segurança com apoio das Secretarias de Segurança Pública Estaduais, a Bahia, que ficou atrás apenas do Pará, registrou 428 vítimas de violência no intervalo de 2017 a 2022. (FONTE: g1 BA - 19/06/2023).

Dentre os impactos nas comunidades, Dias (2020, p. 10), descreve a grilagem, a construção de grandes barragens, a implantação de Parques eólicos e a presença



II SIMPÓSIO SUL-AMERICANO DE PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS - SSAPEC

30 de outubro a 01 de novembro de 2023



da Mineração como os empreendimentos que mais geram conflitos nas comunidades. Essas intervenções não vão de encontro com a conservação dos recursos naturais pois buscam transformação áreas com pouca atividade antrópica em áreas de produção, ocasionando impactos socioambientais (HERCULANO, 2006).

Numa análise importante, é preciso destacar que os dados e os conflitos mencionados, assim também como o jeito de viver dos povos tradicionais do sertão da Bahia não são destaques nas escolas que recebem estudantes dessas comunidades. Nessa perspectiva, entende-se que o poder econômico se alia à colonialidade, se aproveitando da invisibilização desse cenário e do silenciamento dos camponeses para atingir seu objetivo. Dessa forma, é necessário que as escolas públicas, principalmente aquelas localizadas nas comunidades tradicionais, organizem processos de ruptura, em que provoque reflexões e ações sobre a libertação desse sistema injusto e que provoca ainda mais desigualdade social, pobreza, fome. Que a educação para essas comunidades seja conquistada e legitimada, porque quando se analisa a história da educação oferecida aos povos camponeses, percebemos que existe uma subordinação do rural ao urbano, do campo, como sinônimo do atraso, fracasso, à cidade, cujos sinônimos eram modernos (desenvolvidos, sucesso).

Segundo Cassiani num artigo sobre o Timor-Leste, um país da Ásia em que desenvolveu sua pesquisa (2018):

A explicitação, nesse artigo, de alguns discursos na educação científica timorense e seus efeitos, como a transnacionalização do currículo e os efeitos de colonialidade por meio dos livros didáticos, pode gerar dependência e subalternização, impondo verticalmente conhecimentos universais, neutros, ahistóricos, higienizados e sem diálogo de saberes. Explicitar e desnaturalizar esses discursos é também uma forma de operar a decolonialidade do saber/poder/ser/viver, favorecendo construções de processos educacionais emancipatórios, influenciando nos efeitos de sentido sobre esses materiais, para que possam ser lidos criticamente pelos professores de Ciências, tanto no Timor-Leste quanto no Brasil, já que muitos problemas apontados aqui são recorrentes em nosso país (p. 240).

Considerando o currículo da Bahia, especificamente o texto presente na publicação *Cadernos Didáticos da Educação do Campo* (2010), encontramos na sessão *Considerações sobre o Tratamento do Currículo na Escola do Campo*, treze pontos que emergem da análise crítica da realidade onde a escola está inserida, destacando questões a serem consideradas na abordagem do currículo para a escola do campo, que versam da interferência do capitalismo no currículo ao favorecimento do debate do contexto local, do sujeito histórico, político das escolas do campo, demonstrando que é preciso, nesse cenário, questionar sobre o programa escolar, sobre os planos de estudos mais gerais do sistema, particular da escola e específico de cada área do conhecimento e/ou disciplina, visto que ainda prevalece a concepção disciplinar nas redes de ensino.

Ponderando sobre esse aspecto, a escola reproduz a opção do sistema educacional, uma vez que, quando as ementas, a grade de conteúdo curricular são enviadas, é perceptível que existe uma imposição verticalizada que prefere servir ao sistema econômico vigente, ocultando, silenciando povos e impedindo as escolas de avançarem na opção por um currículo emancipatório, contextualizado e voltado para as vivências, resistências, tensionamentos locais, o que oculta e silencia a



II SSAPEC

II SIMPÓSIO SUL-AMERICANO DE PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS - SSAPEC

30 de outubro a 01 de novembro de 2023



comunidade, fortalecendo as investidas do capital, uma vez que, se tecnicamente para o sistema quem existe no território está invisível, logo inexiste, portanto, os empreendimentos tecnológicos podem avançar, sem temer exterminar quem não “existe”. Nesse sentido, se camponeses e camponesas que estão invisíveis para esse sistema, na escola não se sentem pertencentes a um grupo. O currículo está a serviço do capital e não das comunidades presentes nas escolas do campo.

Essa realidade opressora e excludente da educação convencional ofertada aos povos do campo começa a ser transformada a partir da luta dos trabalhadores (LAYRARGUES; PUGGIAN, 2018). Por isso Dom Tomás Balduino destaca que terra e movimento social são duas matrizes pedagógicas muito significativas (CALDART, 2000). Segundo Loureiro (2019), tratando da ancestralidade dos povos tradicionais com herança religiosa ligada às culturas africanas, “Sem a terra, não haveria vida humana, nem aprendizado”.

Para Japiassu (1999) as nossas escolas estão marcadas por uma profunda “epistemofobia”, que ignora, exclui, recusa e oculta outros tipos de saberes, fato transposto para a educação científica. Assim, é importante considerar, questionar o cotidiano, valorizar e utilizar, no currículo, a diversidade cultural estudantil presente em todos os níveis de educação. Dessa forma, o que os estudantes do campo percebem, vivenciam, lutam, sentem e refletem de suas localidades precisa constar no projeto político pedagógico da escola e no currículo, uma vez que a educação deve ser vivida e entendida como o conjunto de diversos fatores, lançando uma luz com a decolonialidade do ensino de ciências nas escolas que recebem estudantes dessas comunidades, a partir de uma outra perspectiva, denunciando a colonialidade como no ensina Quijano (2010, p. 74) ao relacionar “[...] experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo”, e como salienta Cassiani (2018). Nesse caso específico, adotar proposta de ensino para educação científica que discuta os conflitos socioambientais como tema controverso, evidenciando e denunciando a colonialidade através dos dados e evidências levantados e demonstrados, colabora para o favorecimento do desenvolvimento do senso crítico dos estudantes e para uma educação em ciências emancipatória, respaldada na diversidade cultural, em que se poderia “levar em consideração outros modos de pensar, aprender e ensinar que cruza as fronteiras sociais, culturais, disciplinares e civilizacionais” (WALSH, 2008, p. 205).

4. CONCLUSÃO

O texto evidencia que as investidas do capitalismo sobre os territórios geram conflitos causados por processos de grilagem e pela implementação de projetos de modernização como a construção de barragens, de parques eólicos e mineradoras, além de reforçar o ensino de ciências pautado na lógica universalista quando invisibiliza o cenário experimentado pelas Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, fato que contribui para o aumento da violência.

O reconhecimento e valorização da injustiça socioambiental sentida pelas comunidades tradicionais, se torna imprescindível para a promoção de um ensino de ciências decolonial, a partir de uma abordagem que favoreça o combate da colonialidade do saber e da sua participação na disseminação das ideias capitalistas que se valem da *fake news* de que é possível existir sustentabilidade quando o desenvolvimento tecnológico se aproxima e se apropria dos territórios tradicionais,



II SIMPÓSIO SUL-AMERICANO DE PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS - SSAPEC

30 de outubro a 01 de novembro de 2023



negando os conhecimentos ancestrais, os povos e o corpo de saberes que configura o modo de vida daqueles e daquelas que conservam as florestas, os biomas, a cultura.

Como sugestão de proposta de ensino para educação científica com aporte decolonial, pensamos numa proposta capaz de romper os limites dos diferentes saberes, e favorecer o desenvolvimento do senso crítico dos estudantes ao lidar com o tema conflitos socioambientais como tema controverso.

5. REFERENCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. BREDA T. (Trad.), São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016, 264 p.

CALDART, R. S. Pedagogia de luta pela terra: o movimento social como princípio educativo. **Anais...** 23ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 24 a 28 de set. 2000.

CASSIANI, S. Reflexões sobre os efeitos da transnacionalização de currículos e da colonialidade do saber/poder em cooperações internacionais: foco na educação em ciências. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 24, n. 1, p. 225-244, 2018.

Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Conflitos no Campo Brasil**, 2019. Goiânia; CPT, 2019.

Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Conflitos no Campo Brasil**, 2020. Goiânia; CPT, 2020.

Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Conflitos no Campo Brasil**, 2021. Goiânia; CPT, 2021.

Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Conflitos no Campo Brasil**, 2022. Goiânia; CPT, 2022.

DIAS, S. C. S. Os impactos socioambientais e suas ameaças ao modo de vida das comunidades tradicionais de fundo de pasto na Bahia. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 1-11, jul.- dez. 2020.

G1 BA. **Bahia é o segundo estado com mais casos de violência contra povos e comunidades tradicionais em 2022, aponta pesquisa**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/06/19/bahia-e-o-segundo-estado-com-mais-casos-de-violencia-contr-povos-e-comunidades-tradicionais-em-2022-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em 10 set. 2023.

JAPIASSU, H. **Um desafio à educação**: repensar a pedagogia científica. São Paulo: Letras e Letras, 1999

LAYRARGUES, P. P. **Educação para a Gestão Ambiental**: A cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. 2009. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/PublicaÃ§Ãµ>



II SSAPEC

II SIMPÓSIO SUL-AMERICANO DE PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS – SSAPEC

30 de outubro a 01 de novembro de 2023



es_da_COEDU/Referencial_Teórico/Educação_para_a_gestão_ambiental.pdf
Acesso em 20 de maio 2020.

LAYRARGUES, P.; PUGGIAN, C. A educação ambiental que se aprende na luta com os movimentos sociais: defendendo o território e resistindo contra o desenvolvimentismo capitalista. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 13, n. 1, p. 131-153, 2018.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental**: questões de vida. São Paulo: Cortez, 2019.

HERCULANO, S. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. **Anais... I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental**. Fortaleza, 2006. Disponível em: http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_8304injustiya_e_bracism_o_ambiental_pdf.pdf. Acesso em 20 de maio 2020.

QUIJANO, A. Coloniality of power, eurocentrism, and Latin American, en Nepantla. Views from South, Durham, N. C.: **Duke University**, v. 1, n. 3, 2000.

WALSH, C. **Interculturalidade, estado, sociedad**. Luchas (de) coloniales de nuestra epoca. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar e Abya-Yala, 2009.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Cadernos didáticos sobre educação no campo**. TAFFAREL, C. N. Z.; SANTOS JÚNIOR, C. de L.; ESCOBAR, M. O. (org.), D'AGOSTINI, A., FIGUEIREDO, E. S. A. de, M. T. (coord.), Salvador: EDITORA, 2010. 216 p.